

O COLÉGIO JESUÍTA ENTRE A COMPOSIÇÃO DE IDEIAS E SONS NA BAHIA COLONIAL

Diego Luiz Ribeiro de Almeida¹

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo²

RESUMO

Neste trabalho, buscamos apontar a função sociocultural do Colégio Jesuíta da Bahia no Brasil Colonial, especialmente no que se refere à formação intelectual e catequese indígena. Por ser uma instituição de ensino que também atendia o público leigo, ou seja, cristãos e convertidos que não pertenciam às camadas eclesiais da igreja católica, o colégio da Bahia participava ativamente da vida política da então capital da colônia. Dessa forma, nos baseamos principalmente na proposta de Gouvêa, Frazão e Santos (2004) acerca das redes de poder e conhecimento, bem como a formação de círculos letrados idealizada por Souza (2015). Além deste referencial bibliográfico, usaremos também a análise de fontes primárias escritas por padres que estiveram no colégio, como Fernão Cardim e Cristóvão Valente. Com isso, esperamos demonstrar a fundamental importância do Colégio da Bahia neste recorte específico, como um importante polo na estrutura da colônia portuguesa nas américas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura letrada. Música. Indígenas. Jesuítas.

INTRODUÇÃO

O Colégio Jesuíta da Bahia foi uma instituição de ensino fundada por Manuel de Nóbrega no ano de 1550, oferecendo vários cursos voltados não só para os padres, como também para leigos, ou seja, cristãos não pertencentes efetivamente aos círculos eclesiais. Portanto, sendo uma instituição com orientação intelectual, o Colégio da Bahia se insere nas redes de poder e conhecimento propostas por Gouvêa, Frazão e Santos, pois era responsável pela formação da elite letrada que se envolveria na administração e nos círculos de governança da colônia portuguesa no Brasil. De acordo com os autores:

Poder e conhecimento se apresentavam assim como faces de uma mesma moeda. Moeda essa constituída de vários modos e de forma multiregional. Surgia ela no bojo de uma dinâmica imperial levada a cabo por um amplo leque de relações clientelares e de redes políticas, sociais, materiais e culturais. (GOUVEA; FRAZAO; SANTOS, 2004, p. 104.)

¹ Graduando no curso de Licenciatura em História pela UPE – Campus Garanhuns e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) com o subprojeto Práticas musicais em colégios das capitanias do Norte entre fins do século XVI e início do XVII. E-mail: diego.luiz@upe.br.

² Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e orientadora do projeto de Iniciação Científica intitulado Entre fronteiras coloniais e imperiais: Indígenas na formação histórica de Pernambuco, do qual o aluno bolsista acima faz parte. Coordenadora e professora adjunta do Curso de Licenciatura em História da UPE – Campus Garanhuns e colaboradora do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas (PROCADI). E-mail: karina.melo@upe.br.

Além disso, o Colégio da Bahia era responsável pela catequese de um grande número de reduções indígenas, ou seja, povoações missionárias onde os padres praticavam a catequese e, conseqüentemente, exerciam o controle social e espacial sobre os povos nativos e exploravam sua mão de obra, entre outras atividades. Percebemos, dessa forma, que não estamos falando de uma instituição qualquer, mas sim de um importante polo na conjuntura colonial. Como afirma Souza:

No entanto, faz-se necessário averiguar de que maneira a formação oferecida pelos jesuítas relacionava-se com a vida social existente em torno do Colégio da Bahia, para além da formação de letrados que atendiam às demandas do clero secular, que atuava diretamente no seio das populações coloniais. A relação mantida entre os estudantes do Colégio da Bahia com a elite colonial, por exemplo, demonstrava como os conhecimentos adquiridos no Colégio, sobretudo os de caráter literário, eram utilizados como forma de barganha com vistas à promoção social e de concessão de favores e incentivos por parte dos agentes da administração régia e eclesiástica. (SOUZA, 2015, p. 373-374.)

Pensando que esse trabalho se insere no que chamamos de história social, usaremos o relato de Fernão Cardim como fonte primária, padre jesuíta que visitou o colégio da Bahia e registrou algumas observações no âmbito intelectual. Além de Cardim, outro padre tem atuação distinta no Colégio; trata-se de Cristóvão Valente, autor dos Poemas Brasílicos. A participação dos dois padres é de grande relevância no entendimento das funções políticas, sociais e culturais da instituição na dinâmica colonial, visto que o conhecimento propagado pelos colégios jesuítas reverberava para além dos muros do colégio. Também devemos levar em consideração a destacada presença indígena neste contexto, uma vez que o Colégio jesuítico, como já apontamos, tinha também a função catequizadora, onde destacamos a catequese musicada. Portanto, ao longo do trabalho, dedicaremos uma atenção especial para as práticas musicais, pois, pelo que demonstram as fontes, a música esteve presente ativamente nas atividades realizadas pelo Colégio Da Bahia, em grande parte das celebrações, eventos e práticas sociais da instituição, como também em suas relações com a sociedade colonial.

Merece destaque o fato de que a Bahia foi escolhida para sediar o Governo Geral, instituído a partir de 1549, com o intuito de centralizar e facilitar o processo de colonização. Com a chegada de Tomé de Souza, primeiro governador-geral, a Bahia se torna a primeira capital do Estado do Brasil. Como afirma Pedro Puntoni:

A escolha da Bahia era quase natural, não apenas a sua localização geográfica (num ponto central das possessões americanas de Portugal), pelas qualidades naturais da baía (em termos de defesa da terra, possibilidades de implantação de um polo colonial), como pela conjuntura do domínio senhorial [...] (PUNTONI, 2013, p. 90).

Desse modo, não é de se estranhar que a instituição de ensino mais ativa na América portuguesa se encontrasse no centro da colônia, ou seja, a Bahia de Todos os Santos. Ainda de acordo com Puntoni, a influência dos jesuítas na dinâmica espacial da Bahia também era notável, juntamente com os locais de governança: “[...] dois polos logo se identificam: a praça administradora, com o Senado e a Casa de Câmara, e o terreiro de Jesus, onde se estabelecem os jesuítas e o seu colégio.” (PUNTONI, 2013, p. 91). Dito isso, não é exagero afirmar que o Colégio Jesuíta da Bahia se encontrava no centro da colônia portuguesa no Brasil.

Do ponto de vista teórico-metodológico, utilizaremos principalmente a revisão bibliográfica da produção científica existente sobre o tema, aliada com a análise de fontes primárias. Para tanto, iniciaremos com a análise de alguns estudos que tomaram o Colégio da Bahia como objeto, destacando o que já foi estudado sobre a instituição nesses trabalhos, ao mesmo tempo em que fundamentamos bibliograficamente nossa pesquisa. Seguiremos com a análise das fontes, com o intuito de lançar um novo olhar sobre a temática. No intuito de favorecer a abordagem descrita, utilizaremos também o conceito de circularidade cultural, transposto de Mikhail Bakhtin³ para os estudos históricos por Carlo Ginzburg na obra *O Queijo e Os Vermes*. A ideia é que a cultura – especialmente a cultura letrada, nesse caso – não se configura como estática e pertencente apenas às camadas superiores, mas circula também entre as classes ditas subalternizadas. A cultura circula e cria círculos. O historiador italiano afirma que: “Portanto, temos, por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica” (GINZBURG, 2006, p.15). Percebemos isso no caso do Colégio da Bahia, já que os estudos realizados no colégio causaram impactos para além dos muros da instituição.

A CULTURA DISSEMINADA PELO COLÉGIO DA BAHIA: PARA AQUÉM E ALÉM DOS MUROS

Neste tópico, analisaremos dois estudos sobre o Colégio da Bahia, como forma de apresentar o que já foi realizado em pesquisas anteriores, bem como contrapor ideias distintas, com o intuito de demonstrar que a importância da instituição jesuíta trespassava para além da esfera local. Entendemos que o Colégio da Bahia fazia parte de uma complexa rede de conexões estabelecidas pelos agentes de poder do período colonial. Os trabalhos inicialmente

³ A obra em questão trata-se de BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: O contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

realizados sobre a instituição não aprofundam esta questão, mas apresentam outros pontos de grande interesse.

Apontamos, inicialmente, o primeiro volume da História da Companhia de Jesus no Brasil, de Serafim Leite, como trabalho “clássico” de grande relevância que aborda o Colégio da Bahia. Na extensa obra, Leite dedica o quinto capítulo para tratar de “Educação e instrução”. A seguir, buscaremos apresentar o referido estudo de Leite, com um duplo objetivo: entender como funcionava o Colégio da Bahia enquanto instituição de ensino e discutir as principais ideias do trabalho. Reconhecemos a importância da obra de Leite, como estudo seminal sobre a Companhia de Jesus no Brasil. Todavia, não fugiremos à crítica, como forma de avançar na produção historiográfica e dialogar com outras obras.

O capítulo é dividido em 12 subtítulos, que tratam, respectivamente, de: O *Ratio Studiorum*, Letras Humanas, O Curso de Artes, Teologia moral, Teologia especulativa, Os Estudantes, Os Estudantes externos, Os Professores, Disciplina colegial, Férias, Graus acadêmicos e Prêmios e festas literárias. Inicialmente, o autor salienta que as normas pedagógicas dos jesuítas, instituídas principalmente a partir do *Ratio Studiorum*. Contudo, como era de praxe na Companhia de Jesus, as normas poderiam ser adaptadas de acordo com as especificidades de cada país⁴. As três faculdades oferecidas nos Colégios Jesuítas eram Letras Humanas, Artes e Teologia, mas era comum que também fossem ofertados cursos de ensino secundário. A primeira classe de latim, como assevera Leite, foi ministrada no Colégio da Bahia pelo irmão Antônio Blasques, em 1553 (LEITE, 1938). O uso do idioma era obrigatório no colégio, sendo o português utilizado em momentos de recreação. O autor afirma que: “Esta defesa do latim, então geralmente usado, revestiu o caráter mais humano no Colégio da Bahia.” (LEITE, 1938, p. 73). No Colégio da Bahia também teve início o primeiro curso de Artes do Brasil, lecionado pelo padre Gonçalo Leite, no ano de 1572. Portanto, já nos primeiros anos de existência, o colégio da Bahia mostra sinais de distinção entre as instituições de ensino do período colonial. Com intuito de facilitar a comunicação entre os padres e os indígenas, também foi feita e estudada gramática da língua dos nativos, como também veremos adiante a partir dos escritos de Cristóvão Valente.

Em seguida, Leite discute o curso de Teologia, dividido em moral e especulativa. Teologia moral, curso principiado em 1565, tinha como professor P. Quirício Caxa. Discutiam-se casos de consciência, onde eram tratados vários temas, entre eles problemáticas

⁴ Além de Serafim Leite, Luisa Tombini Wittmann, em sua tese de doutorado, também demonstrou a grande importância da “adaptabilidade” dos jesuítas em suas missões. WITTMANN, Luisa Tombini. **Flautas e maracás**: música nas aldeias jesuítas da América Portuguesa (séculos XVI e XVII). Tese de doutorado – UNICAMP, Campinas, 2011.

relacionadas aos indígenas, a exemplo da liberdade, batismo e casamento dos nativos. O curso de Teologia especulativa começa em 1572, ao mesmo tempo em que Artes, tendo como mestre o padre provincial, Inácio Tolosa. O curso de Teologia especulativa logo seria interrompido pela falta de alunos.

Após definir cada curso, como descrevemos, o autor apresenta os estudantes, com um fato de grande interesse: “O primeiro discípulo dos Jesuítas no Brasil, logo depois que chegaram em 1549, foi um índio principal, e rezam as crônicas que aprendeu o ABC todo em dois dias. Foi uma exceção com certeza.” (LEITE, 1938, pp. 79-80). Vale ressaltar que Serafim Leite reserva pouca atenção acerca de tão surpreendente feito. Não é surpresa que um ameríndio tenha sido o primeiro aluno do colégio, mas a indicação de que tenha levado apenas dois dias para dominar o ABC, ou seja, no mínimo as letras do idioma português, seria digno de melhores observações por parte do autor. Segundo o autor, foram também alunos do colégio os jovens indígenas, principalmente os filhos de portugueses, bem como os órfãos portugueses. Manuel de Nóbrega, fundador da instituição, tratava o ensino de infantes com grandes esperanças (LEITE, 1938).

Leite também comenta sobre outros casos de destaque em relação aos estudantes do Colégio, como um indivíduo que estava a ponto de ser devorado pelos nativos. Em relação à quantidade de alunos, o autor comenta que após doações de El-Rei, os números de estudantes aumentaram, chegando a 120 em 1575. Contudo, apesar do número crescente de matriculados, um levantamento posterior sugere falta de vocação, pois os cursos voltados para a formação eclesiástica apresentavam poucos alunos matriculados. O destino para tais estudantes eram dois: letrados, que seriam professores e pregadores, ou conversão dos ameríndios. Em se tratando dos estudantes externos, Leite salienta alguns personagens de destaque: Bento Teixeira, autor da *Prosopopeia*; Frei Vicente do Salvador, autor da *História do Brasil* e Jerónimo de Albuquerque Salvador, Capitão-mor do Rio Grande do Norte. Os professores do Colégio, como ressalta Leite, eram de grande qualidade e equivalente vocação. Inicialmente, os padres com aptidão para o ensino eram pouco numerosos, não só na Bahia como em outros Colégios Jesuítas. Quando em falta, novos professores eram solicitados de Portugal ou de Roma. Como nem sempre os pedidos eram atendidos, os colégios deveriam também formar professores aptos. O que foi logrado, pois “[...] ao terminar o século XVI, nos três Colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, vamos encontrar um claustro respeitável de 12 Professores, alguns deles graduados [...]” (LEITE, 1938, p. 88).

A disciplina praticada nos colégios também é analisada por Leite. O autor afirma ser na Europa mais rígida, citando os casos do Colégio de Mantaigu e da Universidade de

Estraburgo. Contudo, as constituições de Inácio de Loyola, fundador da Companhia, proibiam que castigos físicos fossem infligidos pelos próprios jesuítas, sendo esta função facultada a terceiros. Para o caso do Brasil em especial, não são encontradas normas específicas, mas o uso dos açoites como forma de punição era comum. O mais provável é que as determinações tenham sido instituídas na viagem de Jerónimo Nadal, no ano de 1561. O autor comenta ainda que os indígenas eram muito flexíveis ao educar suas crianças, afirmando que: “[...] tinham grande debilidade para com os filhos [...]” (LEITE, 1938, p. 90). Destaca também o caso de mestiços que foram expulsos do Colégio da Baía, cabendo ao próprio rei determinar que a expulsão fosse revogada. Quanto às férias, havia no Colégio da Bahia uma casa de campo, costumeiramente utilizada pelos estudantes nos dias de descanso. Era de praxe ainda que se passassem férias nas aldeias circunvizinhas.

Os primeiros graus acadêmicos concedidos pelo Colégio da Bahia ocorreram em 1575, referentes ao curso de artes que tinha sido iniciado em 1572, sendo a nomeação acompanhada por grande número da população local. Nos anos seguintes, além de licenciaturas, foram também concedidos graus de Mestre e doutoramentos. Destacamos a cerimônia de 1578, que se realizou com grande pompa, contando com o Governador Geral e do Bispo, bem como a presença marcante da música no ato, como afirma Leite: “Procedeu disputa pública, recitaram-se epigramas, e houve música de instrumentos e vozes.” (LEITE, 1938, p. 96-97).

Com efeito, a cerimônia de 1578 não foi exceção, pois as conclusões dos cursos eram eventos de grande prestígio no século XVI. Ademais, Leite cita Gabriel Soares e afirma ser o Colégio da Bahia comparável até mesmo à Universidade de Coimbra. Por fim, as premiações oferecidas aos estudantes do Colégio. Estas eram também cerimônias de grande importância. Nessas cerimônias, afirma o autor, os discursos eram realizados em português, latim e tupi-guarani, o que confirma a forte atuação indígena na região. Em certa ocasião, no ano de 1590, o Bispo doou o prêmio de 15 arrobas de açúcar a serem distribuídas entre os estudantes mais notáveis (LEITE, 1938).

Aí se encerra a explanação de Serafim Leite sobre a educação jesuítica no Brasil, de onde retiramos as partes concernentes ao Colégio da Bahia. De fato, o padre e intelectual português apresenta uma descrição indubitavelmente detalhada, com grande poder de síntese, e com o mérito de partir não da especulação, mas da análise de fontes. Mas seria pouco científico deixar de lado os problemas da obra de Leite. Inicialmente, apontamos a pouca presença indígena na visão apresentada pelo autor. Comentamos, por exemplo, o caso do indígena que dominou as letras portuguesas em apenas dois dias, sendo o fato apenas descrito,

mas não aprofundado satisfatoriamente. E não apenas isso, pois o autor pouco comenta, ao longo das 35 páginas do texto, sobre a atuação dos ameríndios na localidade, sendo a catequese uma das principais atividades na área sob jurisdição do colégio. As referências aos nativos existem na obra, mas são muito pontuais e o autor não reserva sequer um de seus doze tópicos para abordar os povos indígenas. Trataremos da questão indígena com mais afinco em momento posterior, a partir da análise de fontes primárias. Por ora, cabe indicar outro problema na obra de Leite.

A partir do exposto, Serafim Leite não falha ao demonstrar que a importância do Colégio Jesuíta da Bahia enquanto instituição não era apenas local, expandindo-se para toda a Colônia, especialmente levando-se em conta seu estabelecimento privilegiado no coração da capital. Mas, ficam nas entrelinhas do autor português que o conhecimento produzido no Colégio era restrito aos muros da instituição, como evidenciado no seguinte trecho: “[...] o motivo da fundação dos Colégios, conforme aos padrões, que não é a obrigação do ensino público, mas sustentar e preparar os obreiros[...]” (LEITE, 1938, p. 92). Ora, percebemos que as missões se integravam também no âmbito do trabalho, pois os índios aldeados são constantemente convocados para servirem como mão de obra (CANCELA, 2010) e força militar (SILVA, 2003). Para contrapor tal posicionamento, apresentaremos o próximo estudo a ser analisado, que demonstra como o Colégio da Bahia foi responsável não só pela formação de padres, mas de todo um círculo letrado na região.

A pesquisa em questão foi realizada por Juarlyson Jhones Santos de Souza, Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e publicado na revista *Territórios & Fronteiras*. O trabalho é intitulado: *O Colégio Jesuíta da Bahia e a formação de círculos letrados nas duas últimas décadas do século XVI: os casos de Bento Teixeira e Bartolomeu Fragoso*. A pesquisa de Souza busca apresentar a importância dos colégios jesuítas no desenvolvimento da cultura letrada da sociedade colonial, especialmente a partir da trajetória destes dois cristãos-novos.

A princípio, Souza define letrado como “[...] o sujeito que apresentava certo grau de conhecimento nas letras que o fazia estar além do domínio de capacidades básicas de leitura e escrita.” (SOUZA, 2015, p. 267). Tal descrição se encaixa bem aos estudantes do colégio da Bahia, pois, como vimos também no estudo de Leite, a qualidade do ensino no Colégio superava em muito a simples alfabetização. Logo em seguida, Souza introduz Bento Teixeira, cristão novo, e uma exceção entre os alunos do Colégio da Bahia, pois não ingressou nos círculos eclesiásticos, ocupando a função de mestre escola na capitania de Pernambuco

quando da visitação inquisitorial de 1590, que investigou alguns padres e o próprio Bento. É evidenciado nos depoimentos do inquérito analisados pelo autor que Bento Teixeira foi aluno nos cursos de latim e artes. Além de Bento, é constatado que outros quatro sujeitos inquiridos no processo tiveram sua formação no Colégio da Bahia. Como afirma o autor:

São números bastante significativos, pois entre 1577 e 1600 apenas 13 alunos partiram do Brasil para Portugal para irem estudar na Universidade de Coimbra. O número dos que permaneciam na Colônia entre o final do século XVI e o início do XVII certamente era maior e devemos nos questionar acerca da inserção destes letrados, seja como integrantes do clero local, seja como sujeitos que exerceram outros ofícios, como Bento Teixeira, que se tornou mestre-escola. (SOUZA, 2015, p. 369).

No final do século XVI, como demonstra o quadro presente no artigo de Souza, havia um total de 120 estudantes no Colégio da Bahia, sendo que destes 104 eram estudantes externos, ou seja, advindos de outras capitânicas. Desse modo, o pequeno número de estudantes que buscou instituições externas demonstra como a cultura letrada da colônia portuguesa na América era, em sua maior parte, oriunda dos colégios jesuítas, em especial o da Bahia. Nesse momento, o autor também comenta sobre a tradição historiográfica que defendia a ideia de que o ensino nos colégios não alcançava o mundo além das próprias instituições, sendo essa tese inaugurada por Fernando de Azevedo – não é difícil inferir que Serafim Leite compartilhava desta tese. Souza também comenta sobre o curioso detalhe de que a maioria dos estudantes do colégio eram externos. O autor afirma que:

Com o número exponencialmente superior de estudantes externos, podemos ter uma ideia do impacto causado pelo Colégio Jesuíta na sociedade colonial. No entanto, faz-se necessário averiguar de que maneira a formação oferecida pelos jesuítas relacionava-se com a vida social existente em torno do Colégio da Bahia, para além da formação de letrados que atendiam às demandas do clero secular, que atuava diretamente no seio das populações coloniais. A relação mantida entre os estudantes do Colégio da Bahia com a elite colonial, por exemplo, demonstrava como os conhecimentos adquiridos no Colégio, sobretudo os de caráter literário, eram utilizados como forma de barganha com vistas à promoção social e de concessão de favores e incentivos por parte dos agentes da administração régia e eclesiástica. (SOUZA, 2015, pp. 373-374).

A citação refere-se aos depoimentos da visitação inquisitorial citados pelo autor, onde é evidenciado que Bento Teixeira tinha conexões com o Bispo e o Ouvidor geral. Então, os alunos do Colégio da Bahia não apenas se tornavam portadores da cultura letrada, como também adentravam naquilo que Gouvêa, Frazão e Santos denominam como “redes de poder e conhecimento” do período colonial.

Bartolomeu Fragoso é outro indivíduo apontado por Souza como estudante do Colégio Jesuíta da Bahia – também inquirido pela visitação do Santo Ofício – que constrói relações com a elite local. Bartolomeu foi autor de um poema que homenageava um dito Ruy Teixeira, que como afirma o autor: “Ruy Teixeira parece ter sido um agente de considerável

relevância social e econômica na Bahia.” (SOUZA, 2015, p. 376). Tendo estudado no curso de artes do Colégio da Bahia, não é exagero afirmar que a habilidade necessária para escrever tal ode tenha sido adquirida nas aulas com os padres. Dito isso, é notável como o conhecimento construído nos colégios favoreceu Bartolomeu Fragoso em suas conexões externas, como também conclui Souza:

Toda a formação letrada desses sujeitos, desde as primeiras letras, até os estudos superiores do curso de Artes, ocorreu nos Colégios da América portuguesa. Os conhecimentos literários, aprendidos com os jesuítas nestes Colégios, serviram para que fossem construídas relações simbólicas e materiais entre os estudantes e os agentes da elite colonial na representação literária desses agentes, por meio das figuras e modelos da cultura letrada cortesã, se considerarmos os devidos ajustes e especificidades. (SOUZA, 2015, p. 379).

Portanto, o trabalho de Souza demonstra, com a análise de fontes primárias, como de fato a cultura letrada construída no Colégio Jesuíta da Bahia se expandiu para além dos limites da instituição, estabelecendo conexões com a complexa teia que era a elite colonial nas últimas décadas do século XVI.

O COLÉGIO DA BAHIA E AS PRÁTICAS MUSICAIS

Como demonstrado, o Colégio Jesuíta foi responsável não só pela educação eclesiástica, como também de um círculo cultural letrado na Bahia do século XVI. Além disso, as fontes indicam outra atividade privilegiada nas práticas da instituição: a música. Levando em consideração o grande choque ocorrido no contato entre europeus e indígenas no primeiro século de colonização, é natural que alguma forma de mediação fosse utilizada para aproximar e facilitar as relações estabelecidas entre os povos. Como afirma Andrew Bowie:

Music is essentially particular and yet is also connected to general ideas and emotions that are part of living in a world which is intelligible in ways that cannot be reduced to what can be said about those ways. (BOWIE, 2007, p. 43).

Ou seja, não devemos entender a música no contexto específico deste trabalho como arte, mas como uma forma de expressão, algo próximo de uma linguagem. Do ponto de vista conceitual, o trabalho de Bowie se torna ainda mais importante, pois o autor britânico parte da análise da música *without words*, ou seja, instrumental, muito utilizada no contato inicial entre europeus e indígenas.

Destarte, partiremos da análise de duas fontes primárias registradas por indivíduos de distinta participação no Colégio da Bahia: Fernão Cardim e Cristovão Gouveia. Ambos foram padres jesuítas e, em algum momento de suas trajetórias estabeleceram fortes relações com o Colégio da Bahia. Apresentaremos uma rápida biografia de cada um, com a análise das

fontes na sequência. Segundo o periódico *Autores e Livros: suplemento literário de A Manhã* (RJ) Ano 1948\Edição 00008, Fernão Cardim era português, nascido em Viana do Alvaro, nascido em algum momento da década de 1540. Em 1582, Christóvão de Gouveia é nomeado para visitação aos domínios jesuítas na América portuguesa, acompanhado do governador da Bahia, Manuel Teles Barreto, e do próprio Cardim. A viagem ocorreu no ano seguinte, 1583. Em sua primeira viagem ao Estado do Brasil, Cardim registrou suas observações na “Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica...”, fonte que utilizaremos como base. Exerceu os cargos de Provincial do Brasil entre 1604 a 1609 e Reitor do Colégio da Bahia até janeiro de 1625, quando faleceu.

De acordo com o artigo de Serafim Leite presente no *Jornal do Commercio* (RJ) Ano 1943\Edição 00073 (2), Cristovão Valente é português, natural de Montemor-o-Novo, no Alentejo, tendo nascido em 1566. Viaja para a colônia portuguesa ainda muito jovem, estando adentrando a Companhia de Jesus na Bahia no ano de 1583. Três anos depois, em 1586, já era formado no curso de Humanidades, tendo-o concluído no Colégio de Olinda, e estudioso da língua tupi-guarani. Ao longo de sua vida, Cristovão Valente ocupou diversos cargos de destaque nos colégios e aldeias: na Bahia, foi professor de humanidades e consultor no Colégio, bem como Superior da Aldeia do Espírito Santo; em Pernambuco: Consultor, Prefeito de Estudos e Diretor da Congregação, no Rio de Janeiro: pregador e consultor. Não era raro que ex-estudantes dos colégios Jesuítas, como Valente, se envolvessem com vários cargos de poder no mundo colonial, inclusive cargos de administração na governança. Em Pernambuco, por exemplo, o leigo Caetano da Silva Pereira era procurador da Fazenda e da Coroa, sendo formado em artes e filosofia pelo colégio da Companhia de Jesus.⁵

Mesmo ocupando tais cargos, Valente sempre dedicou especial atenção aos indígenas, sendo a catequese muito presente em sua vida, como afirma Serafim Leite, autor do artigo no periódico *Autores e Livros*: “Todavia, parece que os índios o atraíam mais que os púlpitos e as cátedras[...]

 (AUTORES E LIVROS, 1948, p. 4) Somando-se a isso sua autoria dos *Poemas Brasíliaicos*, série de quatro composições em verso, criadas na intenção de serem cantadas pelas crianças indígenas na catequese.

As atuações dos dois missionários, Cardim e Valente, apresentam muitos pontos em comum, mas destacaremos, especificamente, um: as práticas musicais. A viagem de Cardim, como já informado, iniciou-se em cinco de março de 1583. No mesmo ano que Valente, cerca de duas décadas mais novo, também chegava ao Brasil para iniciar seus

⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 66\Doc. 5613
Fortaleza, v. 13, n. 26, jul-dez 2022

estudos clericais e integrar a Companhia de Jesus. É no mínimo curioso que Cristovão Valente não seja citado na Narrativa Epistolar de Fernão Cardim. Pode ser que os dois não tivessem vindo na mesma embarcação, já que a viagem de Cardim foi feita na companhia do governador da capitania da Bahia e do padre visitador, configurando uma comitiva bastante elitizada. É muito provável que os dois tenham se encontrado em algum momento, mas, se isso realmente aconteceu, as fontes analisadas não o registraram.

De qualquer modo, Cardim aporta na Bahia 66 dias após a viagem, não especificando a data exata, que podemos estimar no início de maio. A recepção feita para a comitiva no Colégio Jesuíta é calorosa: “Quando o padre visitou as classes, foi recebido dos estudantes, corri grande alegria e festa [...] recitaram-se alguns epigramas, houve boa musica de vozes, cravo, e descantes”. (CARDIM, 1583 [1847], p. 8). E não somente as classes do Colégio se envolveram na recepção, pois o padre relata que também: “[...]a cidade e os estudantes lhe fizeram um grave e alegre recebimento: trouxeram as sanetas relíquias da Sé ao Collegio em procissão solemne, com flautas, boa música de vozes, e danças.” (CARDIM, 1583 [1847], p. 9). A referência de Cardim atesta que “a cidade” inteira se envolveu no recebimento dos visitantes. Além disso, em ambas as citações, é possível perceber a marca da música, onde os estudantes do Colégio e os demais presentes tocaram instrumentos musicais, cantaram, inclusive utilizando a técnica de descante, recitaram poemas e dançaram. Percebemos, com isso, como as práticas musicais estavam, de fato, presentes na vida cotidiana não só do Colégio da Bahia, mas também de toda a comunidade circunvizinha.

A atuação indígena, como já indicamos, também foi observada na viagem liderada pelo padre Christóvão de Gouveia. Após as solenidades, de pronto o visitador desejou visitar as reduções dos indígenas: “Depois da renovação dos votos, quiz o padre vêr as aldêas dos indios brevemente para ter alguma noticia delas”. (CARDIM, 1583 [1847], p. 13). A primeira localidade visitada foi a aldeia do Espirito Santo, mais tarde chamada Abrantes. Sobre a chegada na aldeia, Cardim comenta que:

[...] chegámos a aldêa á tarde; antes della um bom quarto de légua, começaram as festas que os indios tinham aparelhadas, as quaes fizeram cm uma rua de altíssimos e frescos arvoredos, dos quaes saíam uns cantando e tangendo a seu modo, outros em ciladas saíam com grande grita, outros que nos atroavam, e faziam estremecer [...] (CARDIM, 1583 [1847], p. 15)

O trecho demonstra que Fernão Cardim, possui um traço de personalidade muito valioso para nossa pesquisa: uma forte sensibilidade musical, evidenciada pela constância de passagens onde o padre demonstra interesse pelas práticas musicais.

A partir das informações referidas por Cardim, algumas considerações podem ser tecidas. Inicialmente, confirmamos a carência que a obra de Serafim Leite apresenta em relação aos povos indígenas. Uma das grandes preocupações da visitação foi a conferência das aldeias, como atestado por Cardim. A do Espírito Santo não foi a única, tendo os padres estado vários meses em contato com as missões, tendo retornado apenas, segundo o cronista, em outubro do ano de 1583. Além disso, nas páginas registradas por Cardim, percebemos uma forte presença da música.

As referências postas não são exceções, sendo bastante comum que o recebimento dos padres portugueses nos locais de catequese se dava com grande festa por parte dos aldeados. Evidentemente não cabem todas as referências, mas ressaltamos ainda uma, ocorrida na aldeia de São Matheus: “[...] foi o padre recebido dos índios com uma dança mui graciosa de meninos todos empennados, com seus diademas na cabeça”. (CARDIM, 1583 [1847], p. 23). A sensibilidade musical de Fernão Cardim, a qual nos referimos, permitiu que a música da Bahia colonial fosse reconhecida como parte integrante da vida cotidiana em fins do século XVI.

Quando tratamos da música no período colonial, devemos também lembrar que a crença na superposição cultural foi, inicialmente, adotada nos estudos sobre o tema. José Ramos Tinhorão, em sua obra intitulada *Música popular de índios, negros e mestiços*, tem o mérito de trazer à tona a música do período colonial, com ênfase nos grupos subalternizados, tema pouquíssimo explorado. Por outro lado, é nessa mesma obra que o autor defende a problemática tese de imposição cultural: “A superposição de culturas, ao invés da sua mistura para o intercâmbio de informações que poderia gerar uma síntese original, já se revelava então como a maior característica nessas primeiras relações entre europeus e indígenas.” (TINHORÃO, 1972, p. 20). Como já colocamos, Carlo Ginzburg, em *O queijo e os vermes*, contrapõe a ideia de superposição cultural a partir do ponto de vista da circularidade. Ronaldo Vainfas – em resenha ao livro de Laura de Mello e Souza – destaca como o conceito de circularidade também pode ser utilizado para o Brasil colonial. O autor afirma que:

A hipótese que preside *O diabo*, como no caso de Ginzburg, repousa no suposto da circularidade dos níveis culturais, ou seja no relacionamento circular e recíproco que se move de baixo para cima e vice-versa entre a cultura erudita das classes dominantes e a cultura popular das classes subalternas. (VAINFAS, 1988, p. 170).

Desse modo, entendemos que o conceito de circularidade entre os níveis da cultura se apresenta como uma melhor chave de leitura para o entendimento das relações estabelecidas entre indígenas e europeus no caso do Colégio da Bahia.

Recorrendo à análise de fontes, os Poemas Brasílicos do padre Cristovão Valente corroboram a ideia de circularidade cultural, pois as composições foram escritas na língua dos nativos. De fato, levando em consideração que mesmo ocupando cargos de administração e poder ao longo de sua vida, Valente nunca abandonou o contato com os ameríndios, nos leva a crer que o padre tenha, mesmo que de forma inconsciente, assimilado a cultura dos “outros”. Tzvetan Todorov abordou a temática da alteridade em sua obra *A Conquista da América: A Questão do Outro*:

Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim. (TODOROV, 1982, p. 3).

Desse modo, pensar que a escrita dos Poemas Brasílicos se deu no idioma dos nativos apenas para facilitar a catequese é o mesmo que subestimar a capacidade de participação indígena no plano simbólico, das ideias e mentalidades.

Por mais que o processo de composição dos poemas de Valente seja, em si, mais concernente em nossa argumentação do que seu conteúdo, cabe reproduzir um trecho da obra do padre. Trata-se de uma parte do poema II, oferecido À Virgem Santíssima Maria Mãe de Deus Senhora Nossa:

Abápe nde renoindára/ Osó teñé nde suf?/ Eñemosainã che rí:/ Moreausúba rerekoára/ Nde réra poáma iepí/ Ybypóra aipó eí:/ Seyiñé nde rekasára,/ Apyába abé mombegoára/ Oimosãï tába rupí/ Nde resá porausubára. (DENIS, 2011 [1850], p. 117).

A tradução é realizada por Plínio Ayrosa, é:

Qual do teus recorrentes,/ Parte desajudado de ti!/? Põe-te de sobreaviso por mim,/ Fonte de caridade.../ Teu nome seja sempre erguido/ Pelos pecadores, neste instante;/ Confluem os que te buscam/ E os varões também, que se confessam/ Multiplicam pela aldeia/ Teus olhares carinhosos (DENIS, 2011 [1850], p. 117).

Ayrosa – professor de língua tupi na década de 1940 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – traduz os versos elaborados por Valente e comenta sobre os poemas, afirmando o seguinte:

Os ‘Poemas Brasílicos’, apesar da designação pomposa, não passam de simples orações cristãs, postas em versos correntios ‘para os meninos cantarem ao Santíssimo nome de Jesus’. Rimados à feição portuguesa, sem preciosismos de linguagem e sem altas qualidades literárias, denunciam desde logo as intenções catequizadoras do seu autor. (AYROSA, 1941, p. 10).

A intenção catequética dos poemas é realmente clara. Ademais, apesar de, como bem afirma Ayrosa, os poemas serem bastante simples, do ponto de vista artístico, em forma e conteúdo,

ainda assim o trecho supracitado nos oferece significativo valor histórico. A afirmação de “os varões [...] que se confessam multiplicam pela aldeia” sugere que o processo de catequese vinha sendo bem sucedido nas reduções indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos de Fernão Cardim e Cristóvão Valente, padres que possuem sua vida intrincada ao Colégio Jesuíta da Bahia, evidenciam questões pouco exploradas, mas de grande importância no estudo da história social da cultura no período colonial. Cardim, com sua apurada visão – ou melhor, audição – musical, registrou diversos momentos em que a música teve destaque no seio das relações entre nativos e europeus. Valente, ao escrever os poemas brásílicos, demonstra como o hibridismo cultural esteve presente no imaginário eclesiástico. Em ambos percebemos a forte presença indígena na região circunvizinha ao colégio. Os escritos dos padres fazem reverberar as ideias e sons na Bahia de fins do século XVI, onde europeus e ameríndios conviveram e estabeleceram relações múltiplas.

Como demonstrado pela análise bibliográfica e de fontes, o Colégio Jesuíta da Bahia foi uma instituição de grande importância no sistema colonial português, sendo responsável pela formação eclesiástica, mas também cumprindo outras funções, como a formação de círculos letrados e a catequese dos povos indígenas. Também percebemos que existiu no colégio uma forte afluência de práticas musicadas, sendo um meio de aproximação cultural entre nativos e europeus. John Manuel Monteiro já chamava atenção para a necessidade de serem lançados novos olhares para a história indígena, afirmando que: “Para além desse rol de iniquidades, contudo, mesmo uma rápida releitura de documentos coloniais como os de Gabriel Soares de Sousa pode revelar uma história muito mais complexa, interessante e significativa do que aquela proposta pela tradição inaugurada por Varnhagen.” (MONTEIRO, 2003, p. 133). Destarte, foi através da cultura letrada e das práticas musicais que logramos no presente artigo lançar um novo olhar sobre o antigo regime português na capital do Estado do Brasil nas últimas décadas do século XVI.

FONTES PRIMÁRIAS

Autores e Livros: suplemento literario de A Manhã. In: **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/066559/2589>. Acesso em 28 set. 2021.

CARDIM, Fernão. **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1847. Acervo digital, coleção de livros. Biblioteca brasileira Guita e José Martin Mindlin, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4790?locale=en>. Acesso em: 20/08/2020.

DENIS, Ferdinand. **Uma festa brasileira.** Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 2011.

Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de Pernambuco - Projeto Resgate, nº 5613. In: **Arquivo Histórico Ultramarino.** Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=48385. Acesso em: 15 set, 2021.

Jornal do commercio (RJ). In: **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.** Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_13/18889. Acesso em 29 set. 2021.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1586.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851 (1587). Disponível em https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4795/1/017204_COMPLETO.pdf. Acesso em 1 out. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYROSA, Plinio. **Poemas brasílicos do pe. Cristóvão Valente, S.J.** (Notas e tradução). São Paulo: Sem editora, 1941.

BOWIE, Andrew. **MUSIC, PHILOSOPHY, AND MODERNITY.** New York: Cambridge University Press, 2007.

CANCELA, Francisco. De volta ao tema da primeira prisão da Inquisição no Brasil: balanço historiográfico e novos olhares sobre a experiência de Pero do Campo Tourinho. **Revista Pindorama**, v. 1, n. 01, Bahia, jul-dez, 2010, p. 1-20. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/index.php/Pindorama/article/view/358>. Acesso em: 15 set. 2021.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e Os Vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1939].
GOUVEA, Maria de Fátima Silva; FRAZAO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. **Topoi**, v. 5, n. 8, Rio de Janeiro, jan-jun, 2004, pp. 96-137.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália, 1938.

MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Varnhagen. **Revista de História**, s. v., n. 149. São Paulo, jul-dez, 2003, p. 109-137.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: poder e política na Bahia colonial (1548-1700). São Paulo: Alameda, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’**- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em História da UFPE). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SOUZA, Juarlyson Jhones Santos de. O Colégio Jesuíta da Bahia e a formação de círculos letrados nas duas últimas décadas do século XVI. Os casos de Bento Teixeira e Bartolomeu Frago. In: **Territórios & Fronteiras**, v. 8, n. 2, Cuiabá, jul-dez, 2015, p. 365-384.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular de índios, negros e mestiços**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1972.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a Questão do Outro. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. A Problemática das Mentalidades e a Inquisição no Brasil Colonial. In: **Estudos Históricos**, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, jan-jun, 1988, p. 167-173.